

Distribuído a Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.
Data: 04/08/2025
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
TAIPAS

Aprovado por unanimidade
dos Vereadores presentes

Data 07/08/2025

R. Letycia Xavier
Letycia de Sousa Costa Xavier
Secretária
Portaria Nº 02/2025

ESTADO DO TOCANTINS
CAMARA MUNICIPAL DE TAIPAS DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 008/2025

Distribuído a Comissão de
Finanças e Orçamento
Data 04/08/2025
Presidente

*"Altera a LOM, dispondo sobre a inclusão da
emenda impositiva ao Poder Legislativo e, dá
outras providências."*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPAS DO TOCANTINS, APROVA
e a Prefeita Municipal sanciona a seguinte lei.**

Considerando a previsão contida na Emenda Constitucional nº
86/2015, que alterou os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal; instituindo a
emenda impositiva ao Poder Legislativo;

Considerando que a nível municipal a emenda impositiva é um
instrumento que permite aos vereadores destinar uma parte do orçamento municipal
para a execução de projetos e obras de interesse da comunidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Lei Orgânica Municipal, a
inclusão da emenda impositiva prevista na autorização de Emenda Constitucional nº
86/2015;

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar os
procedimentos legais inerentes a emenda impositiva nos orçamentos anuais – LOA,
com previsões e metas previstas no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes
Orçamentaria – LDO, como demais instrumentos orçamentários imposto pela legislação
federal;

Câmara Municipal Palácio das Palmeiras, situada na Avenida Paulo Lima de Sousa, s/n – Centro,
CEP: 77.308-000, CNPJ: 07.590.570/0001-28, Telefone: (63) 33821118.
E-mail: camara@taipasdotocantins.to.leg.br

*Recebido em
08.08.2025
Ederison R. dos Santos*
ÉDERSON RIBEIRO DOS SANTOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DE PESSOA / RH



**CÂMARA MUNICIPAL DE
TAIPAS**

Art. 3º A presente autorização deve respeitar os limites percentuais para as emendas individuais e de bancada, que serão definidas pela Constituição Federal e replicadas, por simetria, na Constituição Estadual e obedecidas pela legislação municipal relativo as receitas correntes liquidas prevista no orçamento anual.

Art. 4º O poder executivo deve encaminhar previamente as receitas corrente liquidas para que o Poder Legislativo possa inserir os valores e destinação relativo a emenda impositiva.

Art. 5º Os critérios de destinação e direcionamento das emendas impositivas serão deliberados pela Câmara Municipal em cada orçamento anual, conforme previsão em lei.

Art, 6º - Esta lei entra nesta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Taipas do Tocantins, aos 1º dias de agosto de 2025.

Alakslei Ferreira dos Santos Menezes

(Presidente (gestão 2025/26))

Justificativa:

Senhores Vereadores

Segue minuta de projeto de lei destinado a incluir na Lei Orgânica Municipal o direito das emendas impositivas previstas na legislação federal, com inserção no orçamento municipal do de Taipas, como na LDO e PPA e demais comandos legais de matéria orçamentária e financeira, o orçamento impositivo garantido aos integrantes de Poder Legislativo Municipal.

No melhor entendimento, a emenda impositiva é um instrumento que permite aos vereadores destinar uma parte do orçamento municipal para a execução de projetos e obras de interesse da comunidade. Diferente das emendas autorizativas, o Poder Executivo é obrigado a executar as emendas impositivas, salvo em casos de impedimento de ordem técnica

A sua implementação em nível municipal foi consolidada a partir da Emenda Constitucional nº 86/2015, que alterou o artigo 166 da Constituição Federal, e deve seguir o princípio da simetria com as Constituições Federal e Estadual.

Para que um projeto de lei de emenda impositiva seja constitucional, deve constar sua inclusão e previsão na Lei Orgânica Municipal (LOM), visando como primeiro passo a referida alteração da própria Lei Orgânica do Município para prever a existência do orçamento impositivo.

Na mesma esteira o Poder Executivo deverá além de constar no LOA, também estar em compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO: A execução das emendas deve estar em consonância com as metas e prioridades estabelecidas no PPA e na LDO. A criação de despesas por meio de emendas sem essa compatibilidade pode ser considerada inconstitucional.

O presente projeto de lei deve respeitar os limites percentuais para as emendas individuais e de bancada, que são definidos pela Constituição Federal e replicados, por simetria, nas Constituições Estaduais.

Desta forma, imprescindível que o plenário após a deliberação das comissões, aprove a presente emenda, dando condições de atender os primeiros requisitos para implantar no orçamento as denominadas emendas impositivas, asseguradas constitucionalmente.

Assim, submetemos ao plenário para deliberação e aprovação do presente projeto de lei.

Gabinete da Câmara Municipal de Taipás do Tocantins, aos 1º dias de agosto de 2025.



Alaksiel Ferreira dos Santos Menezes

(Presidente (gestão 2025/26))